CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

ALFABETIZAÇÃO SOB OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL

***Marineiva Moro Campos de Oliveira*[1]**

Eixo temático: 8 Alfabetização e modos de aprender e de ensinar

Resumo: A produção em tela apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do grupo de pesquisa que estabelece uma reflexão teórica acerca da aquisição da linguagem escrita. Para analisar como ocorre o desenvolvimento da escrita na criança guiada pela matriz epistemológica da psicologia histórico-cultural de desenvolvimento humano, demarcamos como caminhar metodológico leituras das pesquisas de Vigotski e Lúria, pioneiros da perspectiva histórico-cultural que se dedicaram ao estudo da apropriação da linguagem pela criança, na sequência, nos apropriamos das pesquisas de autores que se fundamentam na perspectiva histórico-cultural para compreender como a criança se apropria da linguagem escrita na fase de alfabetização. Como resultados parciais, apontamos que com base na perspectiva histórico-cultural, o ensino da linguagem escrita precisa ser organizada para promover o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, em especial, as capacidades e habilidades de formação e desenvolvimento da consciência e pensamento conceitual.

Palavras-chave: Linguagem; Histórico-cultural; Alfabetização

Introdução

A pesquisa em tela apresenta resultados parciais de uma investigação que está em desenvolvimento no âmbito do grupo de pesquisa que dialoga sobre a formação docente e práticas de ensino, especificamente investiga as práticas de alfabetização nos anos iniciais das escolas municipais do estado de Santa Catarina. Em específico, essa pesquisa objetivou analisar como ocorre o desenvolvimento da escrita na criança guiada pela matriz epistemológica da psicologia histórico-cultural de desenvolvimento humano. Como caminhar

[1] Doutora em Educação. Professora da Pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina — Unoesc. Servidora da rede municipal de Educação em Xaxim/SC. Contato: marineivamoro.oliveira@gmail.com

metodológico, essa pesquisa bibliográfica, se apropria das pesquisas de Vigotski e Lúria, pioneiros da perspectiva histórico-cultural, que se dedicaram ao estudo da apropriação da linguagem pela criança. Na sequência, realizamos leituras de produções fundamentadas na perspectiva histórico-cultural que investigaram sobre como a criança aprende a linguagem escrita.

Organizamos a pesquisa em duas seções, na primeira contextualizamos a institucionalização da alfabetização e estabelecemos diálogo com Vigotski e Lúria com foco na explicitação da linguagem, do objeto e da função auxiliar da escrita. Na sequência, abordamos as fases de apropriação da escrita pela criança evidenciadas pela perspectiva histórico-cultural, momento em que confirmamos que a partir dessa sustentação teórica o ensino da linguagem escrita deve objetivar o desenvolvimento humano e por isso, conhecer como ocorre o processo de apropriação da linguagem escrita pela criança é essencial a quem assume a tarefa de alfabetizar.

2 Fundamentação teórica

Ao longo da história da humanidade, a linguagem esteve relacionada aos sons, gestos e outras formas combinadas que assumiam diferentes significados a depender de sua atuação prática no meio em que era utilizada, mas a sua principal função foi a comunicação. Essa forma de linguagem era simpráxica, puramente concreta e prática, posterior, com a evolução do sistema de códigos, a linguagem passou a ser sinsemântica, instrumento do pensamento, de enlace entre palavras, de abstração, marca da evolução humana. Essa marca evidencia a evolução da linguagem, que a partir do século XIX ganha espaço de forma sistemática na instituição-escola que no início do século XX é denominada alfabetização (MORTATTI, 2000; OLIVEIRA, 2016).

A institucionalização da alfabetização representa um novo e considerável salto qualitativo no desenvolvimento humano, por ser por meio do ensino escolar que o processo de desenvolvimento das formas de pensar e de apropriação de conhecimentos existentes ocorre. É o processo de ensino que, “adequadamente organizado, resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer” (VIGOTSKI, 2018, p. 103).

Para a perspectiva histórico-cultural, a linguagem escrita é um sistema de representação elaborado culturalmente e compartilhado socialmente que atua no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Para Vigotski (2018), a linguagem escrita tem sua raiz na linguagem oral, mas apresenta singularidades em sua natureza e no papel que cumpre no desenvolvimento dos sujeitos. Em consonância às escritas de Vigotski,

Lúria (1988, p. 170) afirma que “podemos dizer que a linguagem escrita, tanto por sua origem como por sua estrutura psíquica, diferencia-se radicalmente da linguagem oral, e a análise consciente dos meios de sua expressão constitui sua característica fundamental.”. Ainda, o autor complementa que a linguagem escrita possui uma origem completamente diferente e outra estrutura psicológica, pois no início “seu objeto não é tanto a ideia ou pensamento que deve ser expresso, quanto os meios técnicos de escritura das letras e logo das palavras, os quais nunca são objeto de uma tomada de consciência na linguagem oral” (LÚRIA, 1988, p. 169).

Para o autor, conhecer como ocorre o desenvolvimento da escrita na criança é essencial para que o processo de alfabetização seja consolidado para potencializar o desenvolvimento humano. Dessa forma, Lúria nos chama atenção ao descrever os estágios de desenvolvimento da escrita, contudo, adverte que esse desenvolvimento não é linear e nem inicia quando a criança entra na escola, ao contrário, “quando uma criança entra na escola, ela já adquiriu um patrimônio de habilidades e destrezas que a habilitará a aprender e escrever em um tempo relativamente curto” (LÚRIA, 2018, p. 143).

Porém, para se apropriar do sistema de escrita alfabética, o que ocorre num tempo relativamente curto, duas condições precisam ser preenchidas. De acordo com Lúria (2018), primeiro a criança precisa estar em contato na sala de aula com coisas de seu interesse, coisas que ela gosta ou brinca. Segundo, esses objetos precisam ser usados como auxílio funcional para outro objeto e/ou para alcançar algum objetivo.

Para o autor, no caso da segunda condição já internalizada, a criança passa a controlar seu comportamento a partir do uso desses objetos, ou seja, a criança passa a estabelecer uma relação funcional diferenciada com o objeto e isso desenvolve na criança as formas intelectuais mais complexas do comportamento humano. Pois, o uso de um instrumento material, que no caso da criança pode ser um brinquedo, para mediar uma ação desempenha um papel funcional auxiliar. Quando a criança compreende que o objeto exerce esse papel funcional auxiliar, ela consegue identificar que a escrita, mesmo que em sua forma rudimentar (riscos, traços e pontos), é funcional e auxilia a criança a recordar e expressar ideias.

Por ser um bem cultural compartilhado historicamente e usado socialmente, a linguagem desempenha a função de intercâmbio social e de generalização do pensamento, e o domínio específico da linguagem escrita significa para a criança dominar um sistema de signos simbólicos extremamente complexo que desenvolve na criança as formas mais complexas de pensamento.

3 Resultados e Discussão

Nesta seção trataremos das fases de aprendizagem da escrita na criança definidas por Lúria (2018). O autor adverte que para aprender a escrever a criança passa por alguns estágios não linear. Destaca que o primeiro estágio do desenvolvimento da escrita é a fase pré-instrumental, fase em que a escrita é imitativa "a conexão entre o rabisco e a ideia que pretende apresentar é puramente externa". Nessa fase, a criança não tem consciência do significado funcional da escrita nem compreende que essa é um sistema de signos auxiliares.

Nessa primeira fase, quando a criança recebe um comando para escrever, ela rabisca justificando que o adulto escreve dessa forma, são rabisco puramente imitativos, reprodutivos da escrita do adulto. Com o passar do tempo e a intensificação dos estímulos para escrever, a criança avança para a fase nomeada como fase da escrita não-diferenciada. Essa segunda fase, a escrita em sua aparência externa não é diferenciada, mas internamente se transformou em um signo auxiliar da memória. Isso ocorre porque a criança começa a associar os rabiscos com o que é solicitada a registrar, mas para isso, registra esses rabiscos em diferentes espaços do papel, o que lhe ajuda a lembrar do que foi solicitada a escrever. Usamos um fragmento da pesquisa de Lúria para exemplificar essa fase:

> Assim, essa criança estava passando por um processo de criação de um sistema de auxílios técnicos da memória, semelhante à escrita dos povos primitivo. Em si, nenhum rabisco significava coisa alguma, mas sua posição, situação e relação com os outros rabiscos conferiam-lhe a função de auxiliar técnico da memória (LÚRIA, 2018, p. 157).

Diante dessa organização, os rabiscos da criança representam a primeira forma de escrita real, ainda não diferenciada, mas já evidencia uma relação funcional com a escrita. A escrita não diferenciada significa que a criança pode usar o mesmo rabisco em diferentes momentos para representar diferentes objetos e/ou situações que lhe forem solicitadas que registre de forma escrita. Ainda é um ato mecânico, mais tarde ganhará forma específica. Já a relação funcional, significa que as marcas registradas possuem algum sentido, mas ainda não determina qual significado.

Nessa fase, a criança se encontra em um signo gráfico primário não diferenciado e que ainda não é um signo simbólico nem instrumental, pois não ajuda a criança a voltar posteriormente ao que registrou e lembrar, apenas auxilia no momento do registro. Mas, é uma fase importante que conduzirá a criança diferenciar o signo para que ele expresse o conteúdo específico da palavra. Eis a terceira fase nomeada como escrita diferenciada. Nessa fase, a criança "revela uma tendência em anotar palavras ou frases curtas com linhas curtas e palavras ou frases longas com um grande número de rabiscos" (LÚRIA, 2018, p. 162). Ainda, os fatores quantidade e forma são apropriados pelas crianças para seus registros. A criança percebeu que a escrita possui diferenciações, mas as diferenças que a criança usa, ainda não

possibilita compreender o conteúdo que expressam, ou seja, o signo ainda não adquiriu significado.

A quantidade e a forma levam a criança à pictografia, "o desenho transforma-se, passando de simples representação para um meio, e o intelecto adquire um instrumento novo e poderoso na forma da primeira escrita diferenciada" (LÚRIA, 2018, p. 166). Nesse momento, a criança compreende que pode se expressar com seus registros e começa a ceder lugar à escrita simbólica, aquela que a criança aprende na fase da escolarização de forma sistematizada e padronizada.

A quarta fase marca o fim da pré-história do desenvolvimento da escrita na criança. Agora, a escrita exige um alto nível de abstração das crianças. Sobre abstração, Lúria (2018, p. 179) elucida que ao solicitar que uma criança escrevesse "no céu há 1000 estrelas". A criança desenhou o céu usando um risco reto e dois pontos, ao ser questionada sobre quantas estrelas precisa desenhar a criança responde "apenas duas. Eu me lembrarei que há 1000".

A representação gráfica que a criança usou possibilitou um nível de abstração, mas ainda rudimentar que precisa ser aprofundado. A escrita simbólica exige da criança abstração, memória, atenção e outras funções psicológicas superiores que lhe darão suporte para apropriar-se do sistema de escrita alfabética que é um produto cultural altamente sofisticado que se constitui em um sistema de representação simbólica da realidade (VIGOTSKI, 2018).

Essa fase exige tratamento dinâmico e intervinculado, que possibilite saltos qualitativos do desenvolvimento (CHEPTULIN, 1982). Esse processo qualitativo será determinado na escola, em fase de alfabetização, por meio do ensino objetivado, com base na organização que o professor fará de conteúdos e na seleção de materiais. Esse movimento da organização do ensino precisa compreender a alfabetização como "um processo sócio-histórico e cultural que realiza a necessidade fundamental das crianças e dos seres humanos de inserção na generacidade para-si". É compreender a alfabetização como dinâmica da relação entre a apropriação e a objetivação, "é um processo de inserção dos indivíduos na continuidade da história" (GONTIJO, 2002, p. 132). Por isso, a função da escola no período de alfabetização é:

> [...] organizar o ensino e a aprendizagem, buscando atingir seu objetivo matriarcal: o desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos e, em consequência, a disponibilidade dos instrumentos fulcrais para a constituição da consciência na luta pela transformação da realidade injusta que ora se apresenta (DANGIÓ; MARTINS, 2018, p. 61).

Essa luta pela transformação requer resistência frente a tantas fragilidades que estruturam o processo de alfabetização. Desde o início da história da alfabetização podemos constatar a disputa por métodos, seguido da disputa epistemológica e atualmente com a

Política Nacional de Alfabetização (PNA) que demostra a retomada ao método fônico e a temporalização de Dória[2], vivemos, como sinalizou Mortatti (2019) “uma guinada para trás e pela direita”.

Superar essa guinada é um ato de resistência, mas para isso é necessário compreender como ensinar pela contradição desse sistema que limita e fragiliza o papel social da escola e do ensino da linguagem escrita. Por isso, precisamos assumir que, na alfabetização, ensinamos a linguagem escrita, e não a escrita das letras como técnicas e treinos motores para o desenvolvimento de habilidades.

Na escola, o ensino precisa ser pautado na palavra que possibilita compreendê-la pela sua capacidade de abstração e de generalização, e não somente pela sua estrutura linguística. Dessa forma, para alfabetizar, o trabalho precisa estar centrado na apropriação da escrita que grafará ideias e não apenas letras no caderno.

> Para isso, precisará compreender a linguagem escrita em sua capacidade de representação das ideias, pois, além de representar aquilo que está em seu campo sensório-perceptual, também poderá representar seu pensamento, pois, graças à linguagem, os seres humanos podem operar mentalmente com os objetos (MARIA, p. 211).

Nesse contexto, a perspectiva histórico-cultural preconiza o ensino dos conhecimentos da linguagem escrita que promovam o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, em especial, as capacidades e habilidades de formação e desenvolvimento da consciência e pensamento conceitual. É por isso que essa teoria não defende um método de ensino, mas uma práxis que possibilite à criança conhecer as marcas gráficas convencionais que atribuem sentido e significado cultural ao signo simbólico por meio das marcas (LIMA, 2019). Um ensino que não seja técnico, mas humanizado, que considere a criança e suas potencialidades. Que use da linguagem escrita um caminho para a qualificação intelectual humana e não uma via de desenvolvimento puramente motor e de memorização técnica.

4 Considerações Finais

Esta pesquisa apresenta resultados parciais de uma investigação ampla que possibilitará evidenciar a didática do ensino da linguagem escrita na fase de alfabetização

[2] Reforma foi denominada pelo nome de seu fundador, o senhor Antônio de Sampaio Dória, que exerceu forte influência na estruturação da nova forma escolar brasileira em 1920. Dentre as principais reformas, foi a reforma doa temporalização do ensino primário, reservado para a leitura a escruta, ser reduzido para dois anos. Para mais informações acessar: https://periodicos.furg.br/momento/article/view/5047/3746

escolar a partir da perspectiva histórico-cultural. Em especial, nesta pesquisa, objetivados a analisar como ocorre o desenvolvimento da escrita na criança, guiada pela matriz epistemológica da psicologia histórico-cultural de desenvolvimento humano, a partir das apreensões das produções de autores desta perspectiva, podemos conceituar alfabetização como um processo histórico e social de formação, nas crianças, da linguagem escrita.

Ainda, nos possibilitou compreender que a linguagem escrita não se desenvolve, de forma alguma, em uma linha reta, como qualquer outra função psicológica cultural, o desenvolvimento da escrita depende, em considerável extensão, das técnicas de escrita usadas e equivale essencialmente à substituição de uma técnica por outra. Essa técnica é definida pela práxis do professor alfabetizador, por isso, aprender como a linguagem se desenvolve na criança lhe possibilita apreender elementos essenciais para o ensino potencializador do desenvolvimento humano.

Referências

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

DANGIÓ, Meire Cristina dos Santo; MARTINS, Lígia Márcia. **A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico: contribuições didáticas**. São Paulo: Autores Associados, 2018.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **O processo de alfabetização**: novas contribuições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LIMA, Vanilda Gonçalves. **Atividade de estudo e apropriação da linguagem escrita no ensino fundamental**. 2019. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia e Ciências Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2019.

LÚRIA, Alexandre Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. *In*: VIGOSTKI, Lev Semenovich *et al*. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/USP, 1988.

_____. O desenvolvimento da escrita na criança. *In*: VIGOSTKI, Lev Semenovich *et al*. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2018.

MARIA, Maíra de Sousa Emerick. **A alfabetização sob a perspectiva histórico-cultural-a palavra como embrião da escrita**: um compromisso com a humanização dos sujeitos. 2022. 234 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Brasil, 2091: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. **OLHARES — Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 7, n. 3, nov. 2019a. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares. Acesso em: 19 maio, 2023.

_____. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos de. **Concepções e fundamentos do pacto**

nacional pela alfabetização na idade certa e seus desdobramentos na formação de alfabetizadores na perspectiva de uma alfabetização emancipatória em Xaxim/SC. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.

VIGOTSKI, Lev Semenovich.; LÚRIA, Alexandre Romanovich. & LEONTIEV, Alexis Nikolaevichv. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad. de: Maria da Pena Villalobos. 16ª edição, São Paulo: Ícone, 2018.